

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.010](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.010)

A HEGEMONIA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUAS FORMAS DE GESTÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI

Fernando Silva de Jesus

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, (campus Guarulhos), fernando.jesus@unifesp.com;

Grazielle Miranda Silva

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, grazimiranda3@gmail.com;

Janete Palú

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, janete.palu@ufpr.br;

Lais de Leiros Medeiros

Mestra do Curso de Educação da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Unesp, (campus Marília), laisdeleiros@gmail.com;

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da constituição e da difusão da hegemonia neoliberal no âmbito do Estado, sobretudo na educação pública e em suas formas de gestão. Para tanto, recorreremos à pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) realizada a partir das contribuições teóricas de Antonio Gramsci (2001, 2007, 2020) e das categorias Estado, Estado integral, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, elaboradas pelo autor, em diálogo com seus intérpretes e interlocutores (Liguori, 2017; Coutinho 2010, 2017), com destaque para os pesquisadores do campo da política educacional (Casimiro, 2018; Fontes 2018a, 2018b; Jacomini, 2020; Jacomini e Moraes, 2018; Mendonça, 2014) e autores contemporâneos que abordam a temática

do neoliberalismo (Anderson, 1995; Dardot e Laval, 2016; Harvey, 2014), a educação e suas formas de gestão (Adrião, 2018; Hypolito, 2011; Garcia, 2019; Peroni, 2013; Shiroma, 2011, 2019; Shiroma e Evangelista, 2014, Souza, 2016). Concluímos que a contribuição teórica de Gramsci e as categorias por ele elaboradas se constituem em ferramentas teórico-metodológicas potentes para a compreensão da problemática, uma vez que o neoliberalismo se fortaleceu a partir dos anos 1970, quando, por meio de seus intelectuais orgânicos individuais e coletivos e dos aparelhos privados de hegemonia, produziu e educou o consenso em torno da ideia de que a racionalidade neoliberal é a única e a melhor solução a ser implementada nos diferentes países; ao adentrar o Estado, o neoliberalismo utilizou a sociedade política e seus aparelhos para amparar o capitalismo em sua fase atual, uma vez que a educação e suas formas de gestão se constituem em espaços estratégicos para a produção e difusão da racionalidade neoliberal e seus propósitos. No Brasil, esses ideais chegaram por volta dos anos 1990, quando a gestão democrática passou a ser resignificada diante do avanço do gerencialismo e dos modelos de gestão importados do setor privado propostos pelos neoliberais.

Palavras-chave: Estado Integral, Hegemonia, Neoliberalismo, Educação, Formas de gestão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a constituição e difusão da hegemonia neoliberal na educação e em suas formas de gestão. Para subsidiar essa discussão, recorreremos à pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), realizada a partir das contribuições de Antonio Gramsci (1891-1937) e de seus intérpretes e interlocutores, em especial, pesquisadores do campo da política educacional, em diálogo com autores contemporâneos que investiram a temática.

Buscamos analisar os conceitos de Estado, Estado integral, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, elaborados por Gramsci, buscando elementos para, a partir deles, compreender a constituição e difusão da lógica neoliberal e como ela tem conformado a educação e suas formas de gestão, tornando-se uma racionalidade hegemônica, materializada nas políticas educacionais contemporâneas.

Ressaltamos que esse texto foi escrito por pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, os quais, nas suas investigações, abordam a temática do neoliberalismo e de sua relação com a educação, além de atuarem na rede pública de ensino. Essa experiência, portanto, possibilitou-nos perceber que os tentáculos neoliberais alcançam as diferentes redes de ensino (municipais, estaduais e federais), sobretudo as suas formas de gestão. Dessa forma, entender esses processos é um dos objetivos deste artigo. O texto também é resultado de leituras, debates e estudos realizados na disciplina Leituras gramscianas e educação¹.

Pretendemos, ao longo do texto, analisar a constituição da hegemonia neoliberal a partir do referencial teórico e das categorias elaboradas por Gramsci; identificar as implicações da hegemonia neoliberal para educação pública brasileira e suas formas de gestão; explicitar a proposta de uma outra (nova) educação e de formas de

1 A disciplina Leituras gramscianas e educação integra o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O componente curricular foi ministrado pela Professora Doutora Márcia Aparecida Jacomini, no segundo semestre de 2021, de forma remota, devido à pandemia de Covid-19. Essa condição permitiu que a disciplina fosse ofertada a alunos de diferentes programas de pós-graduação do país, o que possibilitou a produção conjunta deste artigo.

gestão que podem ser construídas a partir do pensamento gramsciano. Para iniciar a discussão, apresentamos as contribuições do filósofo italiano e do contexto por ele vivenciado para interpretar o tempo presente.

CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO E DIFUSÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E SUAS FORMAS DE GESTÃO

Para a análise da constituição e da difusão da hegemonia neoliberal na educação e em suas formas de gestão, recorreremos às categorias de Estado ampliado² ou Estado integral, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, elaboradas por Gramsci. Não pretendemos esgotar esses conceitos, mas utilizá-los como lentes analíticas que possibilitam aprofundar os conhecimentos em relação ao avanço neoliberal no campo educacional, analisando as implicações desse processo para a gestão da educação pública, uma vez que as categorias gramscianas se constituem chaves analíticas potentes para a interpretação dessa problemática.

Souza (2016, p. 84), a partir de um amplo levantamento realizado sobre os objetos de estudo que abarcam o campo das políticas educacionais, infere que se pode entender “[...] como objeto do campo de pesquisa [...] a relação entre demanda social por educação e o posicionamento do Estado diante desta demanda”. Partindo dessa concepção, entendemos que é importante, primeiramente, analisar a relação entre Estado capitalista e a educação. Ademais, como enfatizou Mainardes (2016), o campo da política educacional é recente e está em construção no Brasil, demandando o aprofundamento de questões teóricas, epistemológicas e metodológicas.

2 Embora Gramsci, nos Cadernos do cárcere e demais escritos nunca tenha utilizado a expressão estado ampliado, ela se tornou usual e objeto de consenso na literatura que trata da concepção de estado a partir do autor. O termo passou a ser utilizado, sobretudo no âmbito acadêmico após a publicação do livro Gramsci e o Estado de autoria de Christinne Buci-Glucksmann (1980), sendo que na obra, a autora assim denomina a definição de Estado segundo o pensamento de Gramsci. (JACOMINI, 2020).

Conforme Jacomini e Moraes (2018, p. 226), “A presença do pensamento de

Gramsci em pesquisas de mestrado e doutorado sobre/em políticas educacionais indica a vitalidade e atualidade do autor para a compreensão das questões educacionais de nossa época”, ou seja, as contribuições de Gramsci, as categorias, por ele elaboradas, podem ajudar a elucidar as relações entre o Estado, a educação e suas formas de gestão no tempo presente.

Diante desse contexto, analisamos, de forma breve, a origem do Estado e, por conseguinte, apontamos como a concepção de Estado a partir de Gramsci pode contribuir na busca de elementos que possibilitem analisar a relação entre o Estado, a educação e suas formas de gestão forjadas em um contexto de hegemonia neoliberal.

O Estado moderno nasceu no ocidente, nos primórdios da Idade Moderna (BOBBIO, 2017) e, ao longo de sua trajetória, o Estado assumiu diferentes formas, dentre as quais se destacam: absolutista, liberal, totalitário, bem-estar social (*welfare state*) e neoliberal (HOBSBAWM, 2017). Ao caracterizar o Estado absolutista e o Estado liberal, que vigorou até o século XVIII, Behring (2006, p. 4) afirma que “[...] o Estado foi até aquele momento uma criação dos ricos para preservar a desigualdade e a propriedade, e não o bem-comum”.

Conforme Peroni (2013, p. 236), “O Estado como parte da estrutura sociometabólica do capital foi chamado historicamente a tentar controlar ou regular as contradições do capital e a relação capital/trabalho”. Portanto, o Estado foi se modificando e também foi modificado para atender aos interesses do capitalismo e das classes dominantes diante das crises cíclicas vivenciadas pelo capitalismo ao longo da sua história.

Gramsci parte do conceito de Estado que advém dos referenciais marxistas, todavia, avança na sua compreensão, aprofunda e amplia esse conceito. É importante destacar que muitos conceitos apresentados pelo autor dialogam e se entrecruzam ao longo de seus escritos, e o conceito de Estado é um deles. Jacomini (2020, p. 5) destaca que “O conceito de Estado no pensamento gramsciano está mais diretamente vinculado aos conceitos de hegemonia e de intelectual”. Assim sendo, embora pretendamos apresentar de

forma breve esses conceitos e as suas contribuições para a compreensão da hegemonia neoliberal, em muitos momentos, eles estarão interligados.

Em relação à concepção de Estado Integral, esse corresponde ao conceito mais concreto formulado por Gramsci (COUTINHO, 2017, p. 174). Gramsci (2007, p. 244) afirma que “[...] se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” e complementa essa formulação ao destacar “[...] que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 254-255). Conforme Casimiro (2018), as duas categorias, sociedade civil e sociedade política, articulam-se e se complementam, dando origem ao Estado Integral ou Estado Ampliado, concepção elaborada por Gramsci, “[...] na qual a sociedade civil é o espaço onde a dominação de classe encontra seu sustentáculo fundamental” (CASIMIRO, 2018, p. 20).

Mendonça (2014) alerta para as análises reducionistas da formulação de Gramsci que limitam o Estado à sua função coercitiva, uma vez que, para o autor sardo, o Estado também representa o espaço do consenso. Para tanto, faz-se necessário compreender o que Gramsci toma por sociedade política e sociedade civil. A sociedade política se refere ao Estado no seu sentido restrito, compreendendo “[...] os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de ‘Estado político’ ou ‘Estado-governo’” (MENDONÇA, 2014, p. 35). Já a sociedade civil, “[...] implica no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros” (MENDONÇA, 2014, p. 35). Dentre esses aparelhos, estão os sindicatos, as igrejas, associações privadas, imprensa, partidos e as escolas. Percebe-se, assim, que Gramsci compreende o Estado para além da sociedade política e de suas instituições no sentido mais restrito, abarcando tanto a sociedade política como a sociedade civil, que se interligam e se diferenciam.

Conforme Fontes (2018b, p. 220), a partir da sua elaboração, Gramsci conseguiu apreender a complexidade para explicar a dominação capitalista “[...] considerando não apenas o predomínio econômico, mas também o domínio político e ideológico, pensados em sua correlação com as lutas de classes, abertas ou moleculares”. A autora afirma que “Para Gramsci, o Estado não está apenas numa ‘cúpula’, ainda que assim procure se apresentar.” (FONTES, 2018b, p. 221). Nele estão presentes tanto elementos da classe dominante quanto os que são associados aos grupos subalternos, por isso se constitui em uma arena de disputas.

Partindo da concepção de Estado Integral de Gramsci, Liguori (2017, p. 398) afirma que esse é um espaço de luta pela hegemonia, uma vez que “[...] a classe subalterna luta para manter a própria autonomia e, às vezes, para construir uma própria hegemonia, alternativa àquela dominante [...]”. Depreende-se, assim, que um conjunto de organizações que compõem os chamados aparelhos privados de hegemonia são utilizados pela classe dominante capitalista para que ela mantenha sua hegemonia, por conseguinte, é possível afirmar que a concepção de Estado integral de Gramsci nos ajuda a entender as lutas e as disputas que ocorrem no âmbito do Estado no século XXI, pois o capitalismo na sua forma neoliberal tem utilizado esse conjunto de organizações, os aparelhos privados de hegemonia, para construir e educar para o consenso, convencendo, assim, a opinião pública da necessidade de reformas no âmbito do Estado, as quais são reverberadas para a educação e para as suas formas de gestão, considerado um espaço estratégico para a difusão da racionalidade neoliberal e de atuação político ideológica.

Coutinho (2010, p. 35) afirma que a ideia progressista de reforma foi utilizada e cooptada pelos neoliberais para implementar medidas que se distanciam dessa concepção “[...] o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle”. Ademais, o Estado no sentido restrito também se utiliza da coerção quando não consegue produzir o consenso em torno do ideário neoliberal. O conjunto de reformas visa atender aos interesses neoliberais e propõe medidas duras contra as políticas sociais, as quais precisam ser desmanteladas. Essas medidas podem causar resistência das

classes subalternas que precisa ser combatida tanto pelo consenso, e quando necessário, pela coerção. Ou seja, o Estado novamente é convocado a amparar o capitalismo, agora na sua versão neoliberal.

Conforme Behring (2006), os neoliberais criaram uma espécie de fórmula que possibilitaria a superação da crise que se inicia em 1973, a qual pode ser resumida nas seguintes proposições:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. (BEHRING, 2006, p. 12-13).

Para tanto, fazia-se necessário convencer a opinião pública, criar o consenso, edificando, no senso comum, a concepção de que o Estado do bem-estar social era o verdadeiro culpado pela crise, afinal, havia gastado muito com as políticas sociais, que precisavam ser reconfiguradas para que o capital fosse amparado pelo Estado, ultrapassando a crise atual. Essas medidas podem ser compreendidas a partir de Gramsci, uma vez que, na sua concepção de Estado, o autor mantém os elementos coercitivos “[...] mas agrega o consenso, para indicar que a hegemonia que uma classe exerce sobre toda a sociedade, por meio do Estado, não resulta apenas do poder coercitivo, mas também da persuasão” (JACOMINI, 2020, p. 05).

Para a construção da hegemonia neoliberal, são utilizados os chamados aparelhos privados, os quais integram a sociedade civil. Conforme Casimiro (2018, p. 21), eles podem ser considerados como “[...] organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação”. É por meio dos aparelhos privados de hegemonia que a classe capitalista neoliberal vai construir e educar o consenso necessário para dismantelar o Estado do bem-estar social e de suas políticas, que,

na racionalidade proposta pelo neoliberalismo, deveriam ser transferidas para o setor privado ou o terceiro setor. Portanto, é possível observar que o final dos anos 1970 e 1980 são marcados por uma crise hegemônica, momento importante para a construção de uma nova hegemonia, oportunidade, essa, que os defensores do neoliberalismo não deixaram escapar, apresentando o neoliberalismo e as suas proposições como a única e a melhor solução a ser implementada nos diferentes países.

Behring (2006, p. 22) afirma que os ataques neoliberais ao Estado do bem-estar social e as suas políticas estão relacionadas ao avanço do mercado e à submissão do Estado aos seus interesses: “Quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado”. Para entender esses processos, faz-se necessário compreender as lutas e as disputas que ocorrem no âmbito do Estado, que se constitui em um “[...] – espaço contraditório, mas com hegemonia do capital – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica” (BEHRING, 2006, p. 24).

No dicionário gramsciano, Cospito (2017, p. 551) ao descrever o verbete hegemonia, afirma que, em Gramsci, desde o início do Caderno 1, seu significado “[...] oscila entre um sentido mais restrito de ‘direção’ em oposição a ‘domínio’, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mais domínio)”. A construção da hegemonia perpassa o domínio dos aparelhos privados de hegemonia, dentre eles, as escolas, cuja principal função “[...] seria construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes” (MENDONÇA, 2014, p. 35).

Conforme Coutinho (2010, p. 30), “Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum”. Casimiro (2018) afirma que a construção da hegemonia é um processo dinâmico, que precisa de atualização e de garantia constante, de modo que o Estado é um instrumento fundamental para a construção da hegemonia.

No viés desse pensamento, o neoliberalismo, hoje, pode ser entendido como uma nova racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016), a qual se tornou hegemônica. Denota-se, assim, que “[...] o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). A educação e as suas formas de gestão também foram alteradas por essa nova racionalidade, para tanto, é importante entender como esse processo foi conformado.

Nesse sentido, é importante destacar o papel dos intelectuais, analisado a partir das contribuições gramscianas. O autor afirma que “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 15), cuja função é legitimar a racionalidade do grupo de que são integrantes, edificando o consenso no interior desse grupo e disseminando seus valores para a sociedade como um todo. Gramsci analisou o papel dos intelectuais, sobretudo na sociedade italiana na primeira metade do século XX. Ele destaca que “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2001, p. 19). Em relação à formação dos intelectuais, ele ressalta que “[...] a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos” (GRAMSCI, 2001, p. 19).

É importante destacar que, para Gramsci, a concepção de intelectual vai muito além de um acadêmico ou estudioso de determinado assunto, o próprio autor reconhece, em seu texto, (Gramsci, 2001) que os intelectuais têm uma função organizativa vinculada à classe a que estão relacionados e que essa concepção ultrapassa enormemente o conceito até então vigente.

Partindo desse conceito, observamos que a emergência e a ascensão do neoliberalismo está relacionada com o papel e com a atuação de intelectuais individuais e coletivos nos termos gramscianos. Embora a origem do pensamento neoliberal possa ser identificada nos anos 1930, no chamado ordoliberalismo alemão (DARDOT; LAVAL, 2016), essa concepção começa a ganhar força

a partir da publicação em 1944, da obra *O Caminho da Servidão*, na qual Friedrich Hayek (1899-1992) atacava o Estado do bem-estar-social (ANDERSON, 1995). Podemos identificar Hayek como um intelectual orgânico do neoliberalismo, recrutando outros intelectuais, dentre eles, Milton Friedman (1912-2006), os quais fundam uma sociedade chamada *Mont Pèlerin*, a qual visa a difusão e fortalecimento desses ideais (ANDERSON, 1995).

A partir de 1973, uma crise se instala no mundo inteiro, o que o torna, então, um terreno fértil para a ascensão do neoliberalismo, que, há muito, buscava espaço e se articulava por meio de intelectuais individuais e coletivos e de seus aparelhos privados de hegemonia. Gramsci (2007) nos ajuda a entender a ascensão de determinadas ideologias, como o neoliberalismo. Nesse contexto, os neoliberais começam a ganhar terreno, culpabilizando o Estado do bem-estar social, os sindicatos e o movimento operário pela situação vivenciada. Conforme Harvey (2014, p. 31), “A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974 e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia”. Todavia, sua consolidação se dá no campo político com a adesão dos governos de Margaret Thatcher (1925-2013), na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan (1911-2014), nos Estados Unidos, aos preceitos neoliberais. Dessa forma, os preceitos neoliberais se tornaram hegemônicos, conquistaram o apoio financeiro e político, a simpatia de novos intelectuais orgânicos e, finalmente, adentraram o Estado, afinal, “[...] o aparato do Estado pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação [...]” (Harvey, 2014, p. 50) do ideário neoliberal.

Harvey (2014) analisa a expansão neoliberal a partir da reorganização mundial após a queda da União Soviética e, sobretudo, sua relação com os intelectuais e com os aparelhos privados de hegemonia forjados e utilizados pelo neoliberalismo nesse processo, conforme o autor:

[...] os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos “bancos de idéias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e

instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2014, p. 13).

No processo de expansão neoliberal, os organismos internacionais tiveram um papel central. Eles podem ser caracterizados como os responsáveis pela construção e pela difusão da hegemonia neoliberal. Em vista disso, esses aparelhos privados de hegemonia “[...] formulam o projeto de poder para a expansão do capitalismo no seu formato mais brutal e direto, buscando desqualificar qualquer forma de contestação” (FONTES, 2018a, p. 14). Essas entidades difundiram e realizaram recomendações de reformas no âmbito do Estado e de suas instituições. Shiroma (2019) analisou a influência dos organismos internacionais, dos intelectuais a eles relacionados e de seus papéis na reconfiguração do Estado. Segundo a autora: “Incrementou-se, notadamente, a participação de organizações da sociedade civil que integram redes sociais internacionais, regionais e nacionais impactando o ciclo de políticas e a disputa de hegemonia para governar” (SHIROMA, 2019, p. 16). Conforme Fontes (2018a, p. 14), apesar de muitos serem caracterizados apenas como *think tanks* (tanques de pensamento), “[...] tais entidades podem também agir pela violência e pela truculência, seja diretamente, seja financiando setores específicos para tal atuação”. Observa-se que esses organismos vinculados ao capitalismo em sua forma neoliberal atuam em rede, articulando agentes internacionais, nacionais e locais, o que pode ser identificado como formas atuais de construção da hegemonia, que se atualizam e se renovam no estágio atual do capitalismo.

No campo educacional, a atuação dos intelectuais orgânicos do neoliberalismo atrelados aos organismos internacionais também pode ser observada:

Seus intelectuais são formadores de opinião, influenciam os tomadores de decisão, fazem consultoria para UNDIME, CONSED, estão articulados a organismos multilaterais e prestam assessoria para formação de professores e gestores em vários estados do Brasil, exercendo um papel fundamental para que as recomendações internacionais, por diversos caminhos, cheguem até os professores. (SHIROMA, 2011, p. 35).

Em relação às formas de gestão pública propostas pelos neoliberais, Shiroma e Evangelista (2014, p. 26) afirmam que: “Os intelectuais neoliberais contrapunham a ineficiência da burocracia do Estado à eficaz, ágil, flexível e produtiva gestão das empresas privadas. A governança corporativa foi tomada como exemplo de gestão bem-sucedida a ser aprendida pelo setor público”. Ou seja, a governança corporativa, oriunda do mercado, passa a ser o modelo utilizado no âmbito do Estado e essas práticas são reverberadas para a educação e para as suas formas de gestão. Conforme Fontes (2018a, p. 15), os aparelhos privados de hegemonia promovem “[...] o permanente ataque à gestão pública, a cada vez que ela se apresenta como uma gestão pública de direitos universais”. Por isso, o neoliberalismo por meio dos aparelhos privados de hegemonia propõe o modelo de gestão privada com base em valores mercadológicos, uma vez que pretende converter os direitos sociais, dentre eles, a educação em mercadorias ou serviços, a serem ofertados pelo setor privado ou terceiro setor.

Não obstante, esses organismos, a exemplo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio de suas publicações e recomendações, criam e educam o consenso de que o problema não é a falta de investimento em educação, mas, sim, a gestão desses recursos e da educação em si, como pode ser observado no documento *Invertir mejor, para invertir más: financiamiento y gestión de la educación en América Latina y Caribe* (CEPAL; UNESCO, 2005). Nesse sentido, Hypolito (2011) enfatiza que os neoliberais propõem e impõem o gerencialismo como o modo de gestão mais eficiente para o Estado e para as suas instituições, dentre elas, as que se ocupam da educação. Essa concepção:

[...] segue critérios da produtividade, orientação para o cliente, modelos descentralizados, eficiência dos serviços, introdução de mecanismos de mercado na administração pública e programas de responsabilização – accountability – e avaliação, além das parcerias público-privado e do quase-mercado. A lógica neoliberal e gerencialista interpela os sujeitos, as escolas, os professores e as professoras, no sentido de uma subjetivação que conduz a comportamentos de aceitação e que são muito produtivos para um desempenho das políticas educativas, no sentido de atender ao modelo mercadológico e gerencial das políticas, tanto nos aspectos da gestão, do currículo e das práticas escolares. (HYPOLITO, 2011, p. 1).

No que se refere ao Estado brasileiro, ele se apresenta, desde os anos de 1990, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente, em um contexto de mudanças na elaboração das políticas públicas, materializado no Plano Diretor na Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) – aprovado em 1995 e idealizado pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira³ em sintonia com outros intelectuais da época. A forma como esses sujeitos conseguiram sistematizar e propagar a ideia de crise fiscal do Estado exemplifica a ação dos intelectuais orgânicos na construção de uma hegemonia, como discutimos anteriormente. Com a reforma, foi fortalecido o ideário de ajuste fiscal do Aparelho do Estado, reconfigurando sua função, outrora de Estado-providência (AFONSO, 2010), para que esse pudesse atuar como agente regulador da sociedade civil.

Essa reforma se caracteriza como uma das várias estratégias de superação da crise vivida pelo capitalismo desde os anos de 1970. Como mencionado anteriormente, a reformulação das funções do Estado se constitui em um tipo de mecanismo que possibilita, por meio do neoliberalismo, a reforma do capital, tendo em vista a crise mundial pela qual esse sistema está passando e, também, seus esforços para se manter crescente e dominante. Nessa perspectiva,

3 Além de político e de atuar como intelectual orgânico na sociedade civil, Luiz Carlos Bresser Pereira também ocupa o lugar de intelectual acadêmico e utiliza a produção *Reconstruindo um novo Estado na América Latina* (1998) para propagar a defesa do que chama de “social-liberalismo” e da reforma do Estado como garantia do bem-estar social.

com intuito de gerar convencimento das massas, defende-se a retórica de falência dos fundos públicos, devido a gastos elevados com as demandas sociais, de modo que os sintomas desse processo são: o aumento do desemprego, a falta de qualidade nas escolas públicas, o sucateamento do sistema de saúde, dentre outras expressões da crise do capital que é veiculada convenientemente como uma crise de Estado.

Nesse cenário, o setor privado passa a ocupar um espaço maior junto ao setor público, influenciando a formulação da agenda política do país. Essa atuação do setor privado se soma à ideologia neoliberal, articulando o discurso de reformulação do papel do Estado ao de melhoria da qualidade dos serviços públicos pelas mãos do setor privado. Essa união provocou novos contornos nas relações público-privada.

Com a reforma do Estado é importante observar não apenas o protagonismo privado na esfera pública, mas a natureza da atuação dos organismos privados e o tipo de ideologia fomentada e arraigada nas paredes dos sistemas educativos públicos. Autoras como Peroni (2013), Adrião (2018) e Garcia (2019), dentre outros, que buscam compreender o contexto político educacional da sociedade brasileira de maneira crítica, constatam que, com a concessão dada à sociedade civil organizada, principalmente às empresas, institutos, filantropos e demais entes privados com e sem fins lucrativos, para intervir na oferta e manutenção de políticas sociais, provocou um processo massivo de privatizações no âmbito educacional, gerando impactos em suas configurações.

De acordo com Peroni *et al.* (2009), diante dessas privatizações, notamos a mudança no modelo de administração pública, que deixa de ser burocrática e passa a ser gerencial, obedecendo os critérios de eficiência e de eficácia do mercado, demarcando o que ficou conhecido, a partir do PDRAE, como Nova Gestão Pública (NGP). Esse movimento configura uma nova forma de regulação das políticas: descentraliza o setor público e transfere ao privado a responsabilidade da manutenção e da oferta, utilizando a base do mercado de competitividade, eficácia e eficiência.

De acordo com Adrião (2018) e Garcia (2019), o novo modelo de gestão da educação pública deriva de mudanças ocorridas na Emenda Constitucional (EC) nº 19 de 1998 e, por meio delas,

podemos perceber os impactos que os processos de privatização têm provocado no sistema educacional brasileiro. De acordo com Adrião (2018, p. 17), “[...] instituições privadas associam-se a governos por meio de diferentes mecanismos como contrato de gestão; termos de parceria, acordo de colaboração e de fomento e as parcerias público privadas propriamente ditas”. Esses mecanismos se articulam e exercem o papel de regular as relações público-privadas e de redirecionar as funções dos setores envolvidos (público, mercado e não estatal), com o objetivo de garantir as metas e o desempenho educacional.

Nesse contexto, a nova administração pública afeta as formas de gestão do sistema educacional, segundo Adrião (2018, p. 12), “[...] os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas”. Dessa forma, a educação se torna uma ferramenta de geração de lucro e de manutenção da ordem capitalista. Como afirmam Peroni *et al.* (2009):

Tal dispositivo de gestão engendra os ditames do projeto hegemônico, quando coloca outra concepção de participação da sociedade civil, pautada no controle social, com vistas à construção de uma pedagogia da hegemonia (Neves, 2006), que busca o consenso e a conciliação entre as classes sociais. (PERONI *et al.*, 2009, p. 774).

Essa forma de compreender a gestão da educação coloca o sistema educacional como uma ferramenta a serviço da hegemonia burguesa, auxiliando o Estado capitalista a “[...] conformar técnica e eticamente as massas populares às sociabilidades burguesas” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 26), educando para o consenso e facilitando os processos de dominação. A partir desse entendimento, percebemos a necessidade de uma articulação cada vez mais consistente da classe trabalhadora, para que possamos combater esses processos hegemônicos associados ao neoliberalismo e reverter o cenário social a nosso favor, trabalhando na construção de formas de garantia dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), participando ativamente dos

processos de reformas e buscando a contemplação das necessidades da população em condição de subalternidade.

POR UMA OUTRA HEGEMONIA: A EDUCAÇÃO E SUAS FORMAS DE GESTÃO A PARTIR DO PENSAMENTO GRAMSCIANO

A gestão democrática da escola foi associada à democratização da educação, do seu conteúdo, de métodos e de formas de gestão e representou uma dimensão central no processo de democratização política (LIMA, 2014). O estudo dessa temática esteve presente no Brasil nas últimas décadas, sob a ótica da presença de interesses empresariais nos anos de 1990. “Essa tendência é marcada pela razão empresarial de gestão das escolas, sustentada pelas noções de empreendedorismo, empregabilidade, produtividade, eficiência, flexibilização, responsabilidade social, dentre outras” (MOREIRA, 2021, p. 6).

O consenso de Washington, ocorrido em 1989, fortaleceu a ideologia administrativa neoliberal, tendo como elemento central o gerencialismo. Dentro de seu viés gerencialista empresarial, a gestão das escolas não se realiza e sofre um refluxo “[...] mitigado por uma pseudodemocratização” (MOREIRA, 2021, p. 6).

O princípio da gestão democrática foi impresso na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96, (BRASIL, 1996). Embora a democratização da gestão escolar represente uma conquista dos movimentos sociais, sua reconfiguração promovida pela racionalidade neoliberal demanda um aumento das exigências para os docentes. Além disso, a LDB (BRASIL, 1996), nos artigos 12, 13, 14, reforça a tendência de que o trabalho do docente não se restringe à sala de aula.

A LDB n. 9.394/96, nos seus artigos 12, 13 e 14, dispõe sobre as competências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes e, ainda, sobre a gestão democrática, reforçando tais tendências e demonstrando que no plano legal o trabalho docente não se restringe à sala de aula, mas que ele contempla ainda as relações com a comunidade, a gestão da escola, o planejamento do projeto pedagógico, a participação nos conselhos, entre outras funções. Assim, podemos

considerar que houve uma dilatação, no plano legal, da compreensão do que seja o pleno exercício das atividades docentes. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 352).

A gestão democrática influenciada por orientações gerencialistas, conforme “Os conceitos de eficiência que são predominantemente assumidos por tal concepção evidenciam uma origem econômica e gestonária, de tipo racionalista e técnico-instrumental” (LIMA, 2014, p. 1076) é criticada por gerar um acúmulo de trabalho para o professor, pois, além do trabalho em sala de aula, é necessário participar de uma série de outras atividades, o que gera uma burocratização do processo de trabalho docente (PARO, 2016).

Para que haja, de fato, uma gestão democrática radical, com a superação da ordem do capital, é necessário ocupar a escola em todos os âmbitos e não apenas no burocrático (MOREIRA, 2021). O propósito transformador da escola é articular os objetivos da classe trabalhadora com outras esferas da sociedade civil. Para Manacorda (1990), que analisa o pensamento de Gramsci:

A tarefa de “envolver todas as gerações” e de conformá-las homogeneamente, superando as distinções de classe em uma formação unitária, não pode ser deixada à iniciativa privada de grupos corporativos, associações, etc., que perpetuam inevitavelmente as desigualdades sociais por meio de itinerários educacionais parciais e desiguais, sendo necessária, ao invés disso, a iniciativa de todo o Estado em seu conjunto. (MANACORDA, p. 238, 1990).

De acordo com Mészáros (2006, p. 25), é preciso expandir, e não reformar, a mudança na educação não deve se limitar às estruturas já existentes, de modo que seja possível “[...] romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Dessa forma, seria possível criar uma outra hegemonia.

Para a construção dessa mudança e, portanto, de uma outra (nova) hegemonia, a sociedade civil é fundamental, uma vez que ela é concebida, por Gramsci, como “[...] a arena da luta de classes e da afirmação de projetos em disputa, derivados de aparelhos de

hegemonia distintos, ainda que, em muitos casos, pertençam a uma mesma classe ou fração dela” (MENDONÇA, 2014, p. 35).

A constituição de uma outra hegemonia é guiada pela busca de uma radical democratização “[...] acumulando forças políticas para o enfrentamento coletivo de questões singulares e, sobretudo, daquelas mais bem relacionadas às lutas gerais voltadas ao alcance de um nível superior de democracia” (MOREIRA, 2021, p. 10), contrariando, assim, a hegemonia vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto nos permitiu apresentar um panorama da importância e da atualidade das contribuições teóricas de Gramsci para analisar fenômenos da contemporaneidade. Como vimos, o combate ao fascismo e a proposição de uma outra hegemonia são questões que podem ser utilizadas na análise de fenômenos atuais existentes no mundo e, em especial, no Brasil, no qual impera a hegemonia da lógica neoliberal no âmbito do Estado e de suas políticas, bem como na educação e em suas formas de gestão. Mais recentemente, a ascensão do neofascismo no contexto brasileiro, materializado no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), também nos coloca em alerta.

Observamos que, as categorias gramscianas, em especial, Estado integral, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, constituem-se em lentes teórico-metodológicas importantes e atuais para a compreensão da ascensão neoliberal, de sua difusão e da hegemonia. Os neoliberais formaram e educaram para o consenso da necessidade de reformas no âmbito do Estado, as quais visam amparar o capitalismo na versão neoliberal. Esse conjunto de reformas, ainda em curso, foram reverberadas para a educação e para suas formas de gestão com o objetivo de submeter esse direito social, a exemplo dos demais, aos interesses neoliberais mercadológicos e transformá-lo em mercadoria. Para tanto, a gestão educacional se constitui em um espaço estratégico de conformação e difusão da racionalidade neoliberal, o qual, além de seguir o modelo empresarial, passa a ser direcionado por agentes privados de forma direta e indireta que atuam

política e ideologicamente, atendendo, assim, aos interesses da classe burguesa.

No Brasil, evidenciamos que a hegemonia neoliberal, personificada na Reforma do Estado, utiliza mecanismos de regulação das relações público-privado na gestão educacional, acirrando as disputas no interior da sociedade civil. Os atores privados objetivam o controle das políticas educacionais, que se constituem em formas renovadas de possibilidade de lucros, bem como de direcionamento do espaço de formação da classe trabalhadora.

Consideramos que a gestão democrática ressignificada pelo ideário neoliberal não representa uma democratização radical da educação, de seus conteúdos, de métodos e de formas de gestão. No Brasil, as reformas neoliberais associadas à burocratização são marcadas por noções empresariais, como empreendedorismo, produtividade, eficiência, etc., fortalecendo a hegemonia existente. Para a construção de uma nova hegemonia, a sociedade civil e a educação são imprescindíveis, afinal, como destacou Mészáros (2006, p. 73), nenhuma transformação social no sentido emancipatório “[...] é concebível sem a intervenção mais ativa da educação, entendida em sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital”.

Portanto, não podemos ficar indiferentes ao neoliberalismo e às perversidades legitimadas por essa racionalidade, uma vez que, como nos ensinou Gramsci (2020, p. 32), “Os destinos de uma época são manipulados segundo visões restritas, interesses imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora pois não se preocupa”. Desvelar esses processos é uma das tarefas dos pesquisadores, sobretudo daqueles que se ocupam das pesquisas no campo da educação. A resistência se faz necessária mesmo em tempos contraditórios.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces públicos/privado em educação. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1137-1156, out./dez. 2010.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai./ago. 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. **OPAS/ABEPSS**, jul. 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: fragmentos de um dicionário político**. 20. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neo-fascismo. **Crítica Marxista** [online], n. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em 12 fev. 2021.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CEPAL/UNESCO. **Invertir mejor, para invertir más. Financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile, 2005.

COSPITO, Giuseppe. Verbetes: hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 551-555.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia na pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

COUTINHO, Carlos Nelson. Verbetes: Ciência Política. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 173-177.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. Título original: *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*.

FONTES, Virgínia. In: CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018a. p. 7-16.

FONTES, Virgínia. Gramsci e a sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes? **Revista Outubro**, n. 31, 2018b. p. 219-232. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf. Acesso em 03 jan. 2022.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Contratualização de resultados na gestão educacional escolar em redes estaduais de ensino. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 35, n. 1, p. 077-098, maio 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/89873/52794>. Acesso em: 6 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. 2ed. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. 3. ed. Maquiavel: Notas Sobre o Estado e a Política. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HYPOLITO, Álvaro. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação**: teoria e prática, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, p. 59-78, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265/4147>. Acesso em 03 jan. 2022.

HOBBSAWM, Eric John. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1941-1991. Tradução de: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 (1995). Título original: *Age of extremes: the short twentieth century*: 1914/1991.

JACOMINI, Márcia Aparecida; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Os escritos de Antonio Gramsci e obras de intérpretes em teses e dissertações sobre políticas educacionais (2000-2010). **Educar em Revista**, v. 34, n. 72, p. 209-230, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/59345>. Acesso em: 21 dez. 2021.

JACOMINI, Márcia Aparecida. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educação e Pesquisa** [online], v. 46, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046214645>. Acesso em 21 dez. 2021.

LIGUORI, Guido. Verbete: estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 390-399.

LIMA, Licínio Carlos. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educação & Sociedade** [online], v. 35, n. 129, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/smG9JRgD8PjyNyMyZMRXf7H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2022.

MAINARDES, Jefferson. Prefácio. In: SILVA, Antonia Almeida; JACOMINI, Márcia Aparecida (org.). **Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências**. Feira de Santana, BA, UEFS, 2016. p. 10-12.

MANACORDA, Mario. Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./ jul. 2014.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. **Educação e Pesquisa** [online], v. 47, p. 1-18, 2021.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo. Xamã, 2005. p. 19-39.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. In: PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 13-19.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reconstruindo um novo Estado na América Latina**. Brasília: ENAP, 1998.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal *et al.* Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. *In*: AZEVEDO, Mario Luiz Neves de; LARA, Angela Mara de Barros (org.). **Políticas para a educação: análises e apontamentos**. Maringá, PR: EDUEM, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1-22, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425>. Acesso em 03 jan. 2022.

SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai/ago. 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 26 dez. 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 75- 89, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.jornadasrelepe.com.br/img_editor/Resumo%20Angelo.pdf. Acesso em: 7 dez. 2021.